



ANA MARIA CAMPOS
anacampos.df@dabr.com.br

JOEL SAGET / AFP



Distritais querem derrubar passaporte da vacina

Já são dois projetos em tramitação na Câmara Legislativa contra restrições para quem não se vacinou contra covid-19. Além do deputado distrital Iolando (MDB), Thiago Manzoni (PL), da base bolsonarista, apresentou proposta que veda a exigência de comprovante de imunização para a efetivação de qualquer ato da vida civil. Hoje não há nenhum decreto em vigor, mas se os projetos forem aprovados o Executivo ficará impedido de cobrar vacinas. Os distritais seguem o exemplo da Assembleia Legislativa de São Paulo, onde o governador Tarcísio de Freitas (Republicanos) sancionou ontem projeto de bolsonarista e derrubou o passaporte da vacina para os cidadãos terem acesso a locais públicos e privados.

"Deus
proverá"

Ministro da Justiça e
Segurança Pública, Flávio
Dino, ao ser questionado
sobre o reajuste das forças de
segurança

"O ministro
Dino foi infeliz e
desrespeitoso, mas
também demonstrou
total desconhecimento da
situação pela qual passam as
forças de segurança do DF"

Senador Izalci
Lucas (PSDB-DF)



Valtter Campanato/Agência Brasil



Marcelo Ferreira/CB/D.A. Press

Acompanhe a cobertura da política local com @anacampos_cb

Reprodução/Redes Sociais



Afinados

O ex-governador Rodrigo Rollemberg (PSB) está animado com o novo trabalho. Foi anunciado pelo vice-presidente Geraldo Alckmin e ministro do Desenvolvimento, Indústria e Comércio como secretário de Economia Verde, Descarbonização e Bioindústria da pasta. "Pense num entusiasmo. Tenho muita afinidade com o Alckmin", disse Rollemberg à coluna.

Homenagem ao avô

Para muitos, os restaurantes comunitários do DF já são chamados de "Rorizão". Agora, o deputado Joaquim Roriz Neto (PL) quer tornar oficial. O distrital apresentou projeto dando uma essa denominação aos 13 restaurantes. O primeiro, em Samambaia, foi inaugurado pelo avô, em 11 de setembro de 2001.

Sem convocação federal

Presidente da CPI dos Atos Antidemocráticos, o deputado distrital Chico Vigilante (PT) não pretende permitir a convocação de autoridades federais. Requerimentos com esse enfoque nem serão submetidos aos membros da CPI.

Crédito: Divulgação/TRE-DF



Comunicação da Justiça Eleitoral

O presidente do TRE-DF, Roberval Belinati (D), o corregedor, Mário-Zam Belmiro, e os desembargadores eleitorais Renato Guanabara Leal e Renato Coelho participaram ontem da abertura do Encontro Nacional de Comunicação da Justiça Eleitoral, que vai até amanhã. O evento foi aberto pelo presidente do TSE, Alexandre de Moraes.

Sobras

O presidente da Câmara Legislativa, Wellington Luiz (MDB), estuda o uso das chamadas "sobras orçamentárias" do Legislativo para incrementar as emendas parlamentares que serão destinadas à Secretaria de Saúde para o mutirão de cirurgias. Wellington disse que fará o levantamento do montante disponível antes de levar a proposta para votação. A sugestão foi feita pelo deputado distrital Chico Vigilante (PT).



A PERGUNTA QUE NÃO QUER CALAR...

Quem será responsabilizado pela condução dos atos golpistas do dia 8 de janeiro?



SIGA O DINHEIRO

R\$ 553
MILHÕES

Foi a redução da receita do DF com o Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) durante o ano de 2022, segundo a Secretaria de Fazenda do DF. As perdas foram impostas pelas leis complementares 192 e 194, ambas federais, que alteraram a cobrança de ICMS dos combustíveis.

» CB.Poder | JOAQUIM RORIZ NETO | DEPUTADO DISTRITAL

Integrante da CPI dos Atos Antidemocráticos considerou que o movimento golpista adquiriu tal proporção que tornaria inócua qualquer ação do secretário de Segurança. Parlamentar pretende atuar pelos mais pobres, inspirado no avô ex-governador

“Atos teriam ocorrido do mesmo jeito”

» CARLOS SILVA*

A Comissão Parlamentar de Inquérito dos Atos Antidemocráticos foi um dos temas do CB.Poder — parceria entre Correio e TV Brasília. O deputado distrital Joaquim Roriz Neto (PL), integrante da CPI, afirmou ontem que o ex-secretário de Segurança Pública do Distrito Federal Anderson Torres foi excessivamente punido pelos eventos de 8 de janeiro. Ao jornalista Carlos Alexandre de Souza, falou ainda sobre a atuação dele na Câmara Legislativa (CLDF) e a influência do avô, Joaquim Roriz, que governou o Distrito Federal por três vezes.

O senhor faz parte da CPI dos Atos Antidemocráticos. Houve a primeira reunião esta semana. Qual é a sua avaliação, até esse momento?

A grande dificuldade no começo foi chegar num ponto de equilíbrio em termos de representatividade. Reforcei muito que no mundo em que vivemos hoje não é suficiente só chegar à verdade, precisamos que essa verdade seja legítima.

Ela não pode ser questionada futuramente, por conta de uma composição que as pessoas vão enxergar como parcial. Precisávamos chegar num ponto em que as pessoas iam falar que a CPI está equilibrada, representando ideologias e partidos diferentes. Semana passada, conseguimos chegar nesse consenso, elegendo para presidente da comissão um deputado que é oposição ao governo, com um relator que é base. Estamos dando o recado de que vamos buscar a verdade e isso não vai ser prejudicado por interesses particulares.

Uma das convocações para depor que chama mais atenção é a do ex-secretário de Segurança Pública Anderson Torres. Como avalia a participação dele nesse episódio?

Acredito que muitas pessoas receberam uma carga de culpa que, talvez, não corresponde ao que realmente era para terem recebido. Há pessoas que foram culpadas muito mais do que deveriam e têm pessoas que hoje não estão nos holofotes, que a gente não sabe, mas têm uma parcela de culpa nos atos que ocorreram em 8 de janeiro.

Mariana Lins



Anderson Torres foi excessivamente punido? Acredito que sim.

E o governador também?

O governador, especialmente. Tanto que já foi comprovado por várias investigações da Polícia Federal. O ex-interventor federal (Ricardo Cappelli) fez um relatório mostrando que ele (o governador) não teve dolo nos atos. Quando eu digo em relação

dizer que, independentemente de quem fosse o secretário de Segurança Pública em 8 de janeiro, aqueles atos provavelmente teriam acontecido do mesmo jeito.

Quais pontos o senhor destaca nessa estreia na CLDF?

Quando estava em campanha, algumas demandas eram tão recorrentes, em tantas cidades e grupos diferentes, que, para mim, era nisso que devia basear prioridades. A coisa que mais ouvi é que faltam oportunidades de crescimento nessa cidade, especialmente para o jovem. Muitas pessoas não conseguem o primeiro emprego.

O que o senhor está fazendo para reparar isso?

Um dos projetos que tenho é criar, dentro do Governo do Distrito Federal, centros nessas cidades, como se fosse um coworking, para criar oportunidade para o jovem que não tem um computador bom em casa, que não tem um acesso de fibra ótica para ele poder trabalhar dentro desse coworking, mas para empresas que, talvez, sejam até de fora do DF. Vai diminuir o nível de diferença entre quem tem esse acesso e quem não tem.

E como é que está esse projeto?

Em fase de elaboração e de viabilidade, mas sou muito ansioso. Não gosto de deixar nada pra depois. Gosto de correr atrás para realmente resolver os problemas. Um dos outros grandes problemas que essa legislatura vai enfrentar é a questão da desigualdade em termos de pessoas na rua passando fome. Tem muita gente que não tem o que comer, e eu quero focar no social. Quero diminuir essa desigualdade. Porque todo mundo tem direito à dignidade. Para ter dignidade de verdade, há três coisas essenciais: emprego, moradia e condições de chegar.

É discurso que lembra muito o do seu avô, o ex-governador Joaquim Roriz.

Me orgulho muito de ter o mesmo nome que ele. É uma responsabilidade muito grande. Chegavam pessoas para mim na campanha e falavam: "Olha, eu quero que você seja igual ao seu avô". Pesa muito, mas tenho certeza que, se eu conseguir, algum dia, fazer 10% do que ele fez, já vou ter ajudado muita gente.

*Estagiário sob supervisão de Malícia Afonso